

VULNERABILIDADES NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Walace Rodriguesⁱ

Adriana Feitosa Freireⁱⁱ

140

Resumo: Este trabalho busca compreender como as políticas públicas educacionais agem na educação fundamental, tendo a escola como ambiente privilegiado da ação de tais políticas. Aqui trabalhamos com uma pesquisa quali-quantitativa e de cunho bibliográfico. Os resultados mostram que as políticas públicas para a educação brasileira não são integralmente eficazes para as escolas do ensino fundamental, resultando em vulnerabilidade educacional para os que necessitam de tais escolas.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Ensino Fundamental; Vulnerabilidades.

VULNERABILITIES IN ELEMENTARY SCHOOLS: REPERCUSSION OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES

Abstract: This paper seeks to understand how educational public policies act in fundamental education, having the school as a privileged environment for the action of such policies. Hereby we work with a qualitative/quantitative approach in a bibliographical research. The results of this paper show that public policies for Brazilian education are not fully effective for elementary schools, resulting in educational vulnerability for those in need of such schools.

Keywords: Public Educational Policies; Elementary School; Vulnerabilities.

Considerações iniciais

Podemos afirmar que este trabalho nasce a partir de nossas pesquisas sobre vulnerabilidade educacional dentro do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFT).

Nossos estudos sobre educação escolar e suas várias situações de oferta de vagas, falta de oferta de vagas, infraestrutura das escolas, precarização

do trabalho docente, entre outros pontos, nos fazem trazer esse artigo à tona.

Esse trabalho se coloca como de cunho quáli-quantitativo, baseando-se em pesquisa bibliográfica sobre a área da educação e das várias vulnerabilidades envolvidas nessa área. Julgamos, ainda, que este assunto seja relevante para pensar os diferentes aspectos relativos às políticas públicas que abrangem a escola pública brasileira de nível fundamental.

Aspectos do Ensino Fundamental e suas vulnerabilidades

Vale iniciar o desenvolvimento desse texto dando uma definição sobre o que seria a vulnerabilidade educacional, utilizamos uma passagem do professor Wallace Rodrigues (2017) para tal tarefa:

[...] podemos pensar no conceito de vulnerabilidade educacional, remetendo à insuficiência de oportunidades educacionais, o que prejudica os indivíduos em sua prosperidade e desenvolvimento sociais. A oferta precária de educação, com poucas e malcuidadas escolas públicas, falta de professores, ausência ou insuficiência de merenda escolar, grandes distâncias entre casa e escola, entre outros fatores, podem ser consideradas como problemas de vulnerabilidade educacional. Essa vulnerabilidade educacional pode ser notada na falta de acesso à escola, na falta de merenda, nos baixos salários dos profissionais da educação, enfim, no descaso do poder público em relação à educação pública. (RODRIGUES, 2017, p. 20)

Vale informar que, quando falamos em políticas públicas, nos valem de uma definição dada por Thomas Dye (1984, p. 133): “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Compreendemos também as ausências de ações enquanto uma forma de política pública, onde se investe mais em certas áreas sociais em detrimento de outras. Assim, essas escolhas de investimento e atenção nos mostram as prioridades governamentais.

No caso das políticas públicas educacionais, verificamos que a educação nunca foi uma área de grande interesse para investimentos públicos. Estudando a história da educação brasileira vemos que essa área social sempre

sofreu com o descaso dos nossos sucessivos governos.

Valéria da Hora Bessa nos mostra como a educação, dando o exemplo da alfabetização da população brasileira, sempre foi precarizada e serviu aos interesses dos mais abastados, nunca visando a melhoria real da vida das pessoas:

[...] em 1920, 75% da população brasileira era analfabeta e, como os analfabetos não podiam votar, surgiram, nessa época, várias alianças contra o analfabetismo, pois o voto seria a única maneira de retirar do poder a permanência do favorecimento às sociedades cafeeiras. (BESSA, 2008, p. 18)

142

A precariedade da oferta de ensino de qualidade para a população brasileira ainda se faz presente hoje em dia. Sendo o Brasil uma das dez maiores economias do mundo, ainda temos uma imensa quantidade de pessoas analfabetas. Conforme dados da Rádio Vaticana, podemos verificar esse fato: “No Brasil, de acordo com a ONU, o analfabeto é, na sua maioria, nordestino, negro, com baixa renda e com faixa de idade entre 40 e 45 anos (2016, p. 1).

Ainda, a mesma Rádio Vaticana (2016, p. 1) nos informa que a taxa de analfabetismo caiu 4,3% nos últimos 14 anos. No entanto, dados recentes do IBGE mostram que 8,3% da população brasileira com mais de 15 anos de idade é analfabeta. Isso significa dizer que aproximadamente 13,2 milhões de brasileiros são iletrados. Em zonas rurais, o índice de analfabetismo chega a 25%.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, via publicação “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, de 2015, mostram-nos que o déficit educacional no Brasil ainda é imenso e vem melhorando muito vagarosamente:

A taxa de analfabetismo e a média de anos de estudo atingidas pela população são um retrato do nível educacional acumulado ao longo de gerações de brasileiros. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2004 a 2014, passando de 6,4 para 7,8 anos de estudo completos, o que não equivale nem ao ensino fundamental completo (BRASIL, 2015, p. 55)

E porque estamos falando de analfabetismo? Porque o foco desse artigo é no ensino fundamental e a alfabetização da população se dá exatamente nesse nível, seja na idade correta, seja na educação de jovens e adultos.

Nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9394/96) garante a oferta de educação de jovens e adultos, principalmente em sua oferta de ensino fundamental e médio:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Lei n 31 o 9.394/1996

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, Art. 37)

Notamos que a legislação que traz a obrigatoriedade da oferta de vagas pelo poder público é uma política pública regulatória. Há, também as políticas públicas distributivas, aquelas que determinam ações cotidianas de manutenção e prestação de serviços públicos (como a reforma de escolas e creches, por exemplo), e as redistributivas, que são aquelas que redistribuem renda ou recursos (como no caso do bolsa-família, bolsa-escola, cesta básica, entre outros).

Nesse sentido, a falta de políticas públicas eficazes para a manutenção e melhoria da educação fundamental se nota nas estruturas das escolas, na parca merenda escolar (quando há), na precarização da profissão docente, entre vários pontos que causam vulnerabilidade educacional. O professor Dermeval Saviani confirma nossa afirmação: [...] “as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação” (2009, p. 153). Tais condições desestimulam a procura por licenciaturas, complicando ainda mais o

quadro já grave da precarização da profissão docente e da oferta de ensino de qualidade para os mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Para o professor José Carlos Libâneo (2011), a escola deve ganhar importância e não perdê-la, apesar de todas as vulnerabilidades encontradas. Vislumbrando uma visão agentiva positiva por parte dos profissionais da educação, o professor Libâneo nos informa que há muitos desafios a serem enfrentados na educação brasileira, principalmente o do investimento pesado em educação. Ele nos diz que: [...] “é preciso um maciço investimento em educação escolar. É preciso reconhecer a urgência da elevação do nível científico, cultural e técnico da população” (2011, p. 20).

Ainda, o “Atlas da Violência 2017”, do IPEA, confirma que a precarização da educação escolar pública a nível fundamental começa já na educação infantil, diminuindo as oportunidades de aprendizagem de muitas crianças brasileiras, principalmente das mais pobres e vulneráveis. O referido Atlas nos diz:

É um filme que se repete há décadas e que escancara a nossa irracionalidade social. Não se investe adequadamente na educação infantil (a fase mais importante do desenvolvimento humano). Relegase à criança e ao jovem em condição de vulnerabilidade social um processo de crescimento pessoal sem a devida supervisão e orientação e uma escola de má qualidade, que não diz respeito aos interesses e valores desses indivíduos. Quando o mesmo se rebela ou é expulso da escola (como um produto não conforme numa produção fabril), faltam motivos para uma aderência e concordância deste aos valores sociais vigentes e sobram incentivos em favor de uma trajetória de delinquência e crime. (CERQUEIRA et al, 2017, p. 26)

Nessa mesma linha de pensamento, o educador Paulo Freire (1997) nos diz que, enquanto educadores, devemos ter convicção de que as mudanças são possíveis, levando-nos a encontrar sempre um caminho na esperança e na ação. O professor Freire nos informa que: “É a partir desse saber fundamental: *mudar é difícil, mas é possível*, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos” (FREIRE, 1997, p. 88).

Assim sendo, nossa ação pedagógica sempre estará envolvida com

ações políticas, pois dependemos de políticas públicas para que a educação pública seja ofertada com qualidade para todos que dela necessitam. Devemos, portanto, lutar para que a educação seja prioridade nas pautas políticas de todos os níveis: municipais, estaduais e federais.

Desejamos, ainda, utilizar outros dados sobre uma importante e imprescindível parte de uma escola: a sua biblioteca. Nela os estudantes pobres e ricos podem ter acesso aos mais diversos materiais de conhecimento. No entanto, como nos diz Ricardo Oriá (2017) em um relatório para a Câmara de Deputados:

O Censo Escolar de 2016 aponta para os seguintes números em relação ao equipamento biblioteca escolar nos estabelecimentos de ensino públicos e privados: Do total de 217.480 escolas públicas do país, apenas 21% possuem biblioteca em suas dependências. Já do universo de 61.878 escolas da rede privada de ensino, 38% possuem esse equipamento escolar. Conclusão: A rede privada de ensino encontra-se melhor aparelhada no que se refere à instalação de bibliotecas escolares. A distribuição de bibliotecas escolares por região apresenta o seguinte quadro:

- Região Norte: do universo de 33.955 escolas, apenas 16% possuem biblioteca;
- Região Nordeste: de 109.240 escolas, apenas 18% declararam possuir biblioteca;
- Região Centro-oeste: de 13.124 escolas, 39% possuem biblioteca;
- Região Sudeste: do total de 88.216 escolas, 28% contam com biblioteca;
- Região Sul: de 34.823 escolas, 44% dispõem de biblioteca.

Diante desses números, podemos concluir que, hoje, no Brasil, segundo o Censo Escolar de 2016, do universo de 279.358 estabelecimentos de ensino públicos e privados, somente 25% possuem biblioteca escolar em sua infraestrutura. Ou seja, cerca de 75% das escolas brasileiras estão desprovidas desse importante recurso didático-pedagógico - a biblioteca. (ORÍÁ, 2017, p. 17)

Vale ressaltar que os determinantes que afetam a educação brasileira são de ordem multidimensional. Partindo dessa premissa, merece ser destacado aqui o saneamento básico, cujos estudos já realizados acerca desse binômio educação/saneamento revelam o grau de influência que a falta de acesso a esses serviços exerce sobre os indicadores educacionais no Brasil, uma vez que

atingem, de modo direto, a saúde do indivíduo, refletindo no rendimento escolar, principalmente na fase infantil.

Considerando o exposto, a saúde funciona como canal condutor básico dos efeitos da ausência de saneamento sobre outras dimensões da vida das pessoas como educação e renda, por exemplo, atuando como fator limitador das liberdades humanas, conforme assinalado na pesquisa “A falta que saneamento” faz do Instituto Trata Brasil, realizada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. A referida pesquisa também revelou que as enfermidades em geral representam 70% dos motivos das faltas escolares em todas as faixas etárias.

Nessa perspectiva, no que tange à educação, as crianças são as mais afetadas em virtude da suscetibilidade orgânica no que diz respeito às doenças infecto parasitárias transmitidas pela água e, portanto tem maiores chances de adoecerem e apresentarem piores indicadores educacionais, conforme apontam Scriptore, Azzoni e Menezes Filho (2015). Dados do Trata Brasil (2016) mostram que: “88% das mortes por diarreias no mundo são causadas pelo saneamento inadequado. Destas mortes, aproximadamente 84% são de crianças” (TRATA BRASIL, 2016, p. 5).

Com relação às crianças menores de 5 anos de idade, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal avalia que esta é a fase em que a atividade cerebral está em processo de desenvolvimento e, em vista disso, a saúde precisa ser preservada. Ademais, diarreias constantes causadas por água e alimentos contaminados, desidratam as crianças comprometendo sua capacidade de aprendizagem, conclui.

Também segundo dados do Trata Brasil (2012), crianças que vivem ou estudam em áreas desprovidas de saneamento básico têm aproveitamento escolar reduzido em 18% quando comparadas com crianças que possuem acesso a tais serviços, pois faltam mais à escola. Tal situação favorece as vulnerabilidades no desenvolvimento infantil, refletindo de modo negativo nos processos cognitivos, cujas consequências intelectuais podem perdurar por toda a vida do indivíduo. O Trata Brasil (2012) assinala que apenas:

[...] 39,58% das escolas do país estão ligadas ao serviço de coleta de esgoto [...] nas escolas brasileiras a falta de rede de esgoto é mais intensa que os demais serviços públicos, como rede de abastecimento de água com alcance de 62,64%; energia elétrica 88,24%; e coleta de lixo 62,93%. (TRATA BRASIL, 2012, p. 44)

Por outro lado, de acordo com pesquisa realizada por Scriptori, Azzoni e Menezes Filho (2015), o aumento de 1% no acesso aos serviços de saneamento básico está associado a um aumento de 0,11% pontos na taxa de frequência escolar da população de 6 a 14 anos e à diminuições de 0,49% pontos percentuais na taxa de abandono escolar e de 0,96% pontos percentuais na taxa de distorção idade-série no ensino fundamental, ratificando a importância do saneamento no processo educacional infantil.

Importa frisar, ainda, que o saneamento básico é um direito constitucionalmente garantido e definido pela lei nº 11.445/2007, como conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais. Essas quatro modalidades de serviços garantem a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população em todas as dimensões, inclusive a educação.

Todavia, o Brasil ainda apresenta um cenário muito preocupante no que compete a cobertura desses serviços em todo país. Segundo dados do SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, do ano de 2016, pouco mais da metade da população brasileira (57,02%) tem acesso aos serviços de coleta de esgoto, por exemplo, e nem todo esgoto coletado recebe tratamento adequado antes de ser lançado nos corpos receptores, o que contribui para a contaminação das águas de lagoas, rios, córregos, etc.

Ademais, “as médias nacionais para acesso a tais serviços encobrem preocupantes disparidades regionais”, conforme apontam Scriptori, Azzoni e Menezes Filho (2015, p. 5). Todavia, essas desigualdades no acesso aos serviços de saneamento básico se fazem presentes não apenas entre as regiões

brasileiras, más também entre zonas urbanas e rurais e, principalmente, entre os diferentes estratos sociais.

Nesse caso, geralmente as áreas que apresentam maior criticidade são aquelas ocupadas por populações de baixa renda, desprovidas de infraestrutura básica e, desse modo, mais vulneráveis a adoecimentos que impactam de forma direta na saúde da população e indiretamente no rendimento escolar, além de dificultar o combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Quanto às disparidades regionais outrora citada, dados do SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, referente ao ano 2016, revelam que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os mais baixos níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico quando comparadas às demais regiões brasileiras. Nesse âmbito, no que concerne ao atendimento água e esgoto, enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam índices de 42,46%, 78,57% e 51,52% de cobertura desses serviços, respectivamente, na região Norte esse índice é de 10,45% e no Nordeste 26,79%.

Nessa mesma lógica, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, do Ministério da Educação, de 2016, são as regiões Norte e Nordeste que também apresentam os piores indicadores educacionais no tocante às taxas de distorção idade-série (41,9% e 36,1% respectivamente) e abandono escolar no ensino fundamental (10,8% e 7,8% respectivamente), ratificando, desse modo, a associação entre saneamento e indicadores educacionais.

A associação entre saneamento básico e educação vai além da oferta dos serviços de abastecimento de água de qualidade, do afastamento e destino adequado dos esgotos sanitários, da presença de um sistema de drenagem de águas pluviais e afastamento e destino adequado dos resíduos sólidos. É imprescindível que a educação sanitária esteja presente em todos os níveis de formação dos indivíduos, para que de fato, tenhamos êxito nas ações voltadas para os serviços supracitados, o que contribuirá grandemente para o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

Ainda, os pesquisadores Mário Sérgio Pedroza Lobão e Rubicleis Gomes da Silva (2016) confirmam a forte relação entre a educação fundamental e o desenvolvimento educacional de uma região:

[...] o grau de pessoas sem alfabetização nos municípios e a principal variável que afeta o nível de desenvolvimento educacional das cidades. Desta forma, sugere-se que sejam traçadas políticas públicas locais visando atingir o público afetado por este indicador. Só assim se terá melhora nos quadros gerais de desenvolvimento educacional da região Norte como um todo. De outro modo, verificou-se também que o ensino primário e fundamental tem uma grande representatividade no desenvolvimento educacional dos municípios, portanto, devendo ser trabalhado de forma eficiente e que agrega o máximo possível no contexto social. (LOBÃO; SILVA, 2016, p. 117)

Nesse sentido, vemos que é premente termos políticas públicas voltadas para a educação fundamental no tocante à infraestrutura adequada para as escolas, saneamento básico, bibliotecas escolares decentes, entre tantas outras vulnerabilidades que afetam nossa educação inicial.

Considerações finais

Enquanto últimas informações, podemos verificar que esse trabalho buscou levantar dados sobre o analfabetismo no Brasil e sua permanência entre 13,2 milhões de brasileiros. Esses números, por si só, já mostram a necessidade de altos investimentos em educação fundamental.

Esses números fazem com que pensemos sobre como esse problema (entre tantos outros na área da educação escolar pública, como a falta de bibliotecas escolares e a falta de saneamento básico) poderia ser resolvido. Quais seriam, portanto, os mecanismos de solução para a grande maioria dos problemas educacionais? Vemos que as soluções desses problemas passam pelo crivo dos governos via as políticas públicas.

Aprofundando as discussões teóricas entre vulnerabilidades educacionais e políticas públicas verificamos que várias formas de

vulnerabilidades educacionais são justamente causadas por políticas públicas. No entanto, tais políticas públicas podem ser entendidas como mecanismos de um “projeto de nação”, onde os mais pobres tenham uma educação de pouca qualidade, desenvolvendo um baixo senso crítico nos estudantes. Isso somente beneficia a políticos que desejam uma população que os coloque no poder, mas que não os critique, que não os questionem, seguindo como gado para o abatedouro.

Como nos mostrou Valéria da Hora Bessa (2008, p. 18), a primeira tentativa de alfabetiza a população tinha interesse políticos por trás dela. Ainda, vemos que a educação oferecida aos mais abastados no Brasil (que é privada) é de uma qualidade infinitamente superior à aquela ofertada nas redes públicas e à população mais carente. Isso somente perpetua uma desigualdade educacional gritante entre os ricos (que comandam o país) e os mais vulneráveis socialmente.

Os vários dados educacionais elencados nesse texto são alarmantes e confirmam a precariedade da educação pública ofertada à população mais carente e que dela necessita para romper o ciclo de pobreza que atinge a muitos brasileiros.

Assim, a nosso ver, verificamos que as políticas públicas educacionais são ineficientes em todas as suas esferas de ação para o ensino fundamental público no Brasil. Também vemos que para que a escola tenha uma prática social transformadora ela necessita ter condições decentes para oferecer uma educação pública de qualidade para todos os brasileiros.

Finalizando, com esse artigo buscamos mostrar várias vulnerabilidades pelas quais estão expostas as escolas de educação fundamental no Brasil. Nesse sentido, discutir demandas educacionais, questionar políticas públicas mal planejadas e cobrar das autoridades uma educação de qualidade é dever de todos nós que desejamos melhorar a educação brasileira.

Referências bibliográficas

BESSA, Valeria da Hora. *Teorias da aprendizagem*. Curitiba, IESDE Brasil, 2008.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB*. Lei 9394, de 1996. com atualizações até março de 2017. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf >. Acesso em 10 de abril de 2017.

151

BRASIL. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.445/2007 de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília. Congresso Nacional, 5 de janeiro de 2007. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm >. Acesso em 12 de abril de 2018

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G; LIMA, Adriana dos Santos. *Atlas da Violência 2017*. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2017.

DYE, Thomas. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall, 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Estudo mostra relação entre saneamento e Educação. Disponível em: < <http://desenvolvimento-infantil.blog.br/estudo-mostra-relacao-entre-saneamento-basico-e-educacao> > Acesso em 12 de abril de 2018.

INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Ministério da educação. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais> >. Acesso em 12 de abril de 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* Novas Exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza; SILVA, Rubicleis Gomes da. Avaliação do desenvolvimento educacional dos municípios da região Norte do Brasil. IN: *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. FURB, V. 4, N. 22016, Pág. 093-120.

ORIÁ, Ricardo. *Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise da aplicação da Lei nº 12.244/2010*. Estudo técnico, julho de 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/walace/Downloads/bibliotecas_escolares_oria.pdf >. Acesso em 10 de abril de 2017.

RADIO VATICANO. Brasil ainda tem 13 milhões de analfabetos. Reportagem de 8 de setembro de 2016. Disponível em: http://br.radiovaticana.va/news/2016/09/08/dia_mundial_da_alfabetiza%C3%A7%C3%A3o_analfabetismo_no_brasil_10/1256376 Acesso em 08 de abril de 2017.

RODRIGUES, Wallace. Lançando um olhar relacional para a vulnerabilidade escolar e a educação popular. IN: *Revista Didática Sistemica*. FURG, v. 19, n. 1, 2017, pág. 17-28. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/6983> >. Acesso em 10 de abril de 2017.

153

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. IN: *Revista Brasileira de Educação*. V. 14, n. 40, jan./abr. 2009, pág. 143-155.

SCRIPTORE, Juliana Souza; AZZONI, Carlos Roberto; MENEZES FILHO, Naércio Aquino. Saneamento Básico e indicadores educacionais no Brasil. *Working Paper, Department of Economics 2015-28*. University of São Paulo (FEA/USP) Disponível em: < <https://ideas.repec.org/p/spa/wpaper/2015wpecon28.html> >. Acesso em 13 de abril de 2018

SNIS. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento*. Ministério das Cidades. Diagnóstico dos serviços de água e esgotos, 2016. Disponível em: < <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos> >. Acesso em 12 de abril de 2018.

TRATA BRASIL. *A falta que saneamento faz*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009, 126 p. Disponível em: < <http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/pesquisa-trata-brasil-a-falta-que-o-saneamento-faz> >. Acesso em 12 de abril de 2018.

TRATA BRASIL. *Manual do Saneamento Básico*. Entendendo o saneamento

básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica. 2012, p. 62. Disponível em: <
www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf> Acesso em 12 de abril de 2018.

TRATA BRASIL. *Porcentagem das mortes por diarreias no mundo são causadas pelo saneamento inadequado*, 2016. Disponível em: <
<http://www.tratabrasil.org.br/blog/2016/10/26/porcentagem-das-mortes-por-diarreias-no-mundo-sao-causadas-pelo-saneamento-inadequado/>>. Acesso em 12 de abril de 2018.

ⁱ Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Pós-graduado (lato sensu) em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá - SP. Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Pedagogia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) e da Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins - GESTO, da Universidade Federal do Tocantins – UFT

ⁱⁱ Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFT); Especialista em Educação Ambiental (IBPEX-PR) e Enfermagem do Trabalho (UNIRG-TO); Graduada em Ciências Biológicas (FAFOPAPE) e Bacharelado em Enfermagem (ITPAC-TO).